



**ST5 – POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

**SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA E PROMOÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**PARTICIPATIVE GUARANTEE AND PROMOTION SYSTEMS FOR  
SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT**

Guilherme Fontana RAMOS<sup>1</sup>, Janete STOFFEL<sup>2</sup>, Pedro Ivan CHRISTOFFOLI<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo discute a atuação dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) na promoção do desenvolvimento rural sustentável em âmbito da agricultura familiar brasileira. Para atender este objetivo, foi realizada pesquisa bibliográfica que consistiu na contextualização histórica sobre a produção agroecológica/orgânica no Brasil, criação e evolução de dispositivos legais referentes à certificação da produção orgânica. Posteriormente é apresentada uma discussão dos fatores evidenciados pelos SPGs, bem como, contribuições e limitações para a promoção do desenvolvimento sustentável, a partir do estudo de diferentes experiências localizadas em regiões distintas do Brasil. Os sistemas agroalimentares agroecológicos desenvolveram-se, como alternativa ao modelo exploratório de produção agrícola. Neste sentido surgem as redes de agroecologia que além de fomentarem a articulação da produção e comercialização, abordam assuntos como comércio justo, defesa dos territórios, entre outros. A atuação destas redes está intimamente ligada ao surgimento dos Sistemas Participativos de Garantia que emergem no âmbito da certificação orgânica como dispositivos de contestação à lógica da certificação por auditoria. Contudo, apesar destes sistemas de certificação responderem de maneira mais ampla à realidade da agricultura familiar, são apontados motivos que dificultam o ingresso e a permanência das famílias agricultoras nestes sistemas. O artigo debate esses fatores, bem como discute as vantagens oferecidas por esses sistemas na superação de tais dificuldades.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Certificação orgânica. Redes. Agroecologia.

**Abstract**

This article discusses the role of Participatory Guarantee Systems (SPGs) in promoting sustainable rural development in the context of Brazilian family farming. To meet this objective, a bibliographic research was carried out, which consisted of the historical contextualization of agroecological / organic production in Brazil, creation and evolution of legal provisions regarding the certification of organic production. Subsequently, a discussion of the factors highlighted by

<sup>1</sup> Aluno do curso de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, da UFFS. E-mail: [guilhermefontanar@yahoo.com.br](mailto:guilhermefontanar@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Docente na UFFS, Campus Laranjeiras do Sul. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Unisc/RS. E-mail: [janete.stoffel@uffs.edu.br](mailto:janete.stoffel@uffs.edu.br).

<sup>3</sup> Docente na UFFS Campus Laranjeiras do Sul. Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela UnB. E-mail: [pedroivanc@gmail.com](mailto:pedroivanc@gmail.com).



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

the GSP is presented, as well as contributions and limitations for the promotion of sustainable development, based on the study of different experiences located in different regions of Brazil. Agro-ecological agro-food systems have developed as an alternative to the exploratory model of agricultural production. In this sense, agroecology networks appear which, in addition to promoting the articulation of production and commercialization, address issues such as fair trade, defense of territories, among others. The performance of these networks is closely linked to the emergence of Participatory Guarantee Systems that emerge within the scope of organic certification as devices to challenge the logic of audit certification. However, although these certification systems respond more widely to the reality of family farming, reasons are pointed out that hinder the entry and permanence of farming families in these systems. The article discusses these factors, as well as discusses the advantages offered by these systems in overcoming such difficulties

**Keywords:** Sustainability. Organic certification. Networks. Agroecology.

## INTRODUÇÃO

A partir do crescimento da produção orgânica no país, surge a necessidade de sua regularização. Após discussões entre sociedade civil e poder público, é instituída no ano de 1999 a primeira legislação que aborda a temática, a Instrução Normativa 007 de 17/05/1999 (BRASIL, 1999; FONSECA *et al.* 2009).

Ao longo do tempo, a legislação foi complementada por outros instrumentos legais, como o decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 que regulamenta a Lei nº10.831, de 23 de dezembro de 2003, que entre outras disposições, trata sobre os Organismos de Avaliação de Conformidade (BRASIL, 2007). A legislação dividiu esses organismos de avaliação, em três mecanismos: Certificação por Auditoria, SPG (Sistema Participativo de Garantia) e OCS (Organismo de Controle Social na Venda Direta) (BRASIL, 2007).

Segundo Hirata (2016) os OCS são definidos pela legislação, como organismos formais ou informais, cadastrados junto ao MAPA, formados por agricultores(as) familiares que objetivam a venda direta de suas produções. Nesses processos, os laços sociais estabelecidos entre agricultores(as) e consumidores(as) proporcionam a geração de confiança, prerrogativa que assegura de qualidade da produção. Nesta modalidade não ocorre a utilização do Selo do SisOrg (O Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica ).

Referente à Certificação por Auditoria, a autora esclarece que nesta modalidade, a certificação é realizada por empresas certificadoras credenciadas junto ao MAPA. Muitas destas certificadoras procedem de acordo com as regras do mercado internacional, o que possibilita que os produtos certificados pelas mesmas sejam vendidos no exterior. Diferente das certificações participativas, esta possibilita a certificação individual das unidades de produção, também o custo da certificação é significativamente superior das demais. (HIRATA, 2016)

Os SPGs, são mecanismos de certificação compostos por agricultores(as), consumidores(as), técnicos(as) e entidades que formam uma rede de produção e articulação da comercialização.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Nestas redes são priorizados os circuitos curtos de comercialização, a venda direta através de feiras locais e entregas de cestas de produtos orgânicos. Também a comercialização pode ocorrer por intermédio de grupos de consumidores(as) e recentemente através de mercados institucionais como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Neste contexto, este artigo tem como propósito, suscitar discussão em torno da seguinte pergunta: Os sistemas participativos de garantia contribuem para a promoção do desenvolvimento rural na perspectiva da agricultura familiar? Para alcançar este objetivo, é apresentada uma contextualização histórica sobre a produção agroecológica/orgânica no Brasil, as influências e motivações que resultaram no crescimento em números deste segmento.

Posteriormente será abordada a evolução dos dispositivos legais referentes à certificação da produção orgânica, bem como a implantação de uma legislação que institui os SPGs e as características destes mecanismos. Em seguida serão discutidos fatores apresentados pelos SPGs bem como, contribuições e limitações para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

## METODOLOGIA

O trabalho foi alicerçado em procedimentos de análise exploratória por meio de consulta bibliográfica (GIL 2002). Em sua elaboração foram consultados materiais relacionados a temas abordados ao longo do texto, em livros, periódicos, artigos científicos, repositórios e plataformas tais como MAPA, Capes, Scielo. A coleta de dados foi realizada no período de 20 de outubro de 2019 a 5 de janeiro de 2020. Foi aplicada como critério, a consulta de artigos que apresentassem descritores como: Agroecologia, Certificação Participativa, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo utilizado o idioma Português como limitador da pesquisa.

Para pesquisa nas bases de dados da Capes e Scielo, foi definido como critério de inclusão a escolha de artigos publicados entre os anos de 2000 e 2019, pois a regulamentação da produção orgânica no Brasil possui como marco regulatório o ano de 1999, período da publicação da Instrução Normativa 007/99 de 17 de maio de 1999, primeiro instrumento legal referente à produção orgânica no país (BRASIL, 1999). Igualmente buscaram-se materiais atualizados sobre o assunto, o que justifica a escolha por artigos publicados até o ano de 2019. A pesquisa no banco de dados do MAPA foi realizada na seção referente a “Orgânicos” de onde foram extraídos os dados estatísticos e legislações.

Inicialmente foi realizada uma leitura exploratória e pré-seleção do material, de acordo com os critérios de inclusão preliminarmente definidos. Posteriormente realizou-se uma leitura seletiva e análise dos textos para elaboração do trabalho.

Após estas etapas, os assuntos estudados foram agrupados, para melhor organização do texto, conforme as seguintes temáticas: produção agroecológica no Brasil, certificação da produção orgânica, agricultura familiar, desenvolvimento rural, e experiências de SPGs em diferentes regiões do país.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Neste contexto foi estudada, a atuação da Rede Ecovida de Agroecologia, comentada no trabalho de Lovatel & Gazolla (2017) que dissertou sobre famílias de agricultores(as) familiares orgânicos(as) da região Extremo Oeste Catarinense, no sul do país. Onde as principais características destas unidades de produção, consistem em exploração somente da área própria, sendo estas, em regiões declivosas impróprias para mecanização e a não contratação de força de trabalho externa.

Também buscou-se compreender a experiência de agricultores(as) familiares da Rede Borborema de Agroecologia abordada por Silva (2015) que discorre sobre famílias localizados na região do Agreste Paraibano. Local em que as características climáticas são marcadas por períodos de estiagem que persistem por aproximadamente 5 a 6 meses, o que resulta em limitação da produção, dando preferência a culturas de cerqueiro, produção vegetal para subsistência e cultivo de pequenos animais como caprinos. Neste trabalho são citados cultivos de palma e algodão como principais responsáveis pela melhoria de renda das famílias.

Na sequência foram estudados 2 casos da região sudeste, o primeiro com agricultores(as) da região Fluminense de Seropédica certificados(as) pela ABIO(Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro) relatados por Santos *et. al* (2018) e o segundo, sobre a constituição do SPG Sul de Minas, cujo território de atuação abrange a região sul mineira. Esta última região, retratada no trabalho de Hirata (2016), apresenta grandes altitudes, clima ameno e chuvoso, com o espaço rural ocupado predominantemente por pequenas propriedades tendo como principal fonte de renda o cultivo de café, morango e hortaliças.

Com o intuito de ampliar a discussão, analisou-se a atuação da Rede APOMS (Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul) localizada na Região Centro-Oeste do país, relatado por Komuri *et. al* (2012).

Somando a estes estudos, buscou-se entender a ação dos SPGs na região norte do país, com isso foi investigada a atuação da Rede Maniva, localizada na região amazônica de Manaus. Esta Rede é composta por agricultores(as) familiares, grupos de consumidores(as) e técnicos(as) vinculados(as) a diversas instituições que visam à promoção da agroecologia. Esta organização, iniciou no ano de 2012 uma articulação para criação do SPG Maniva, sendo o processo de legalização concluído no ano de 2017 (WANDELLI *et. al*, 2015).

## OS SPGS E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Em termos de definição, neste trabalho consideram-se agricultores(as) familiares, aqueles(as) que atendem os seguintes requisitos: a direção dos trabalhos no estabelecimento deve ser exercida pelo produtor e sua família; a mão-de-obra familiar deve ser superior à contratada; a área máxima da propriedade deve estar dentro de um limite, que varia dependendo da região do país (GUANZIROLI e CARDIM, 2000). Neste sentido Wanderley (1996, p. 2) complementa

É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Algumas características deste segmento, são também observadas por Caporal e Costabeber (2004). Estes autores compreendem que a atuação da agricultura familiar toma como base uma dinâmica que integra em uma mesma estrutura a unidade de produção, de consumo e reprodução, mediante uma lógica que concilia valores de uso e de mercadoria, visando sua reprodução. Este comportamento interage de maneira distinta da prática desenvolvida pela agricultura capitalista.

No que diz respeito ao tema desenvolvimento rural, Schneider (2010) trabalha a idéia de a possibilidade dessa temática ser analisada a partir do enfoque agroalimentar, configurando assim, uma nova abordagem sobre o assunto. Neste sentido as cadeias alimentares passam a ser visualizadas sob um novo ângulo, o qual difere da ótica empregada pela teoria econômica convencional.

Esta nova abordagem se ocupa com aspectos sociais presentes nos processos de integração de pequenos(as) agricultores(as) e/ou agricultores(as) familiares nas cadeias agroalimentares. Neste sentido, não são analisados somente fatores administrativos, comerciais e mercadológicos. Busca-se estudar formas de enfrentamento que possam ser desempenhadas por agricultores(as) familiares e suas organizações, junto aos desafios impostos pela conjuntura atual em que se encontra a agricultura e a produção alimentícia (SCHNEIDER, 2010).

Já Kageyama (2004) interpreta distintas definições, conclui que a idéia de desenvolvimento rural deve englobar aspectos econômicos aliados com aspectos sociais, ambos guiados pela diversificação das atividades responsáveis pela geração de renda. Neste contexto o desenvolvimento rural deverá reportar-se a uma base territorial sendo esta, local ou regional, onde distintos setores produtivos atuam de maneira conjunta.

Na perspectiva da autora supracitada, os processos de desenvolvimento das áreas rurais e as diferentes funções dos(as) atores(as) nos territórios, se modificaram ao longo do tempo. A função produtiva inicialmente restrita a agricultura, se estendeu a diversas atividades, entre elas a conservação ambiental. Neste contexto, de construção de novos conceitos sobre o desenvolvimento do rural, a função ambiental passou a receber atenção especial (KAGEYAMA, 2004).

Ainda sobre essa temática, tendo como base uma pesquisa bibliográfica, Kageyama (2004) aponta um conjunto de fatores que contribuem para o desenvolvimento rural. Tais fatores, segundo a autora, podem ser: a integração comercial das áreas rurais com mercados locais, diversificação da produção, pluriatividade da agricultura familiar, diversidade das fontes de renda e produção voltada a mercados específicos ou nicho de mercados.

Já Navarro (2001) entende que o conceito de desenvolvimento rural, foi sendo modificado ao longo do tempo. O autor também discorre sobre a difusão do conceito “desenvolvimento rural sustentável”. Segundo ele, este conceito surgiu em meados dos anos de 1980, a partir da popularização da expressão “desenvolvimento sustentável”. A expressão sustentável neste caso refere-se ao plano ambiental, sinalizando a necessidade de as estratégias de desenvolvimento rural aderirem em suas bases a dimensão ambiental.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Neste sentido, Gaspi e Lopes (2008) entendem o desenvolvimento sustentável, como um modelo que propõe gerenciamento mais adequado dos recursos ambientais, para que estes possam proporcionar às futuras gerações, os mesmos benefícios desfrutados no presente, tanto no que diz respeito aos níveis de bem-estar social, quanto aos benefícios econômicos.

Estas idéias, que direcionam o alcance do desenvolvimento rural sustentável, contradizem o modelo agrícola convencional de produção dos sistemas agroalimentares. Neste sentido, como forma de contestação, a estes sistemas convencionais de exploração dos recursos naturais, ocorreu o surgimento dos sistemas agroalimentares agroecológicos. Estes sistemas, além de abordarem questões relacionadas ao âmbito produtivo e ambiental, se caracterizam por suscitar questionamentos políticos e socioeconômicos (BORSATTO & CARMO, 2013).

O desenvolvimento dos sistemas agroecológicos, foi impulsionado por movimentos inicialmente denominados como agricultura alternativa. Tais movimentos surgiram no Brasil na década de 1970, com base em questionamentos sobre os impactos negativos, sociais e ambientais, provocados por um modelo convencional de agricultura em expansão. Estes questionamentos geraram profundos debates entre grupos de extensionistas, estudantes e pesquisadores(as) das ciências agrárias e sociais à procura por alternativas de produção (SOUSA, 2017). Neste contexto, surge a agroecologia, compreendida como ciência, movimento político e prática social (ABA, 2015).

A agroecologia pode ser considerada uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, sendo estratégia de promoção da segurança alimentar, pois ao desenvolver uma agricultura ambientalmente sustentável torna-se capaz de oferecer alimentos com elevada qualidade biológica, em quantidades necessárias e de forma permanente (ALTIERI, 2001; CAPORAL & COSTABEBER, 2006).

No Brasil, a agroecologia incorpora diversas correntes das chamadas agriculturas alternativas, tais como agricultura orgânica, biodinâmica, natural, biológica, permacultura. Entretanto, para efeito de regulamentação legal, adotou-se a terminologia “agricultura orgânica”, embora nem sempre os métodos utilizados para produção orgânica adotem princípios agroecológicos (ORMOND *et al.* 2002; FONSECA *et al.*, 2009; CAMPANHOLA & VALARINI, 2001).

Esses sistemas agroalimentares agroecológicos/orgânicos, apresentaram largo crescimento a partir da década de 1990. A expressiva adesão de agricultores(as) a estas dinâmicas produtivas foi fortalecida pela crescente procura por alimentos saudáveis, o que impulsionou a produção de base ecológica. Isto deve-se a busca por estilos de vida mais saudáveis, que levou ao desenvolvimento de nova consciência alimentar por parte dos(as) consumidores(as) (KRISCHKE e TOMIELLO, 2009).

Mediante o aumento da produção agroecológica/orgânica, torna-se imprescindível sua regularização através de legislação específica, a qual começa ser implementada no ano de 1999. Após 5 anos da institucionalização da primeira legislação que trata das diretrizes da produção orgânica no Brasil, ocorre regularização dos SPGs. Após esta normatização, que se dá a partir do ano de 2003, o número de agricultores(as) vinculados legalmente a estes sistemas, cresceu



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

significativamente. Atualmente existem em torno de 6.800 agricultores(as) certificados(as) pelos Sistemas Participativos de Garantia, o que representa em torno de 33% dos cadastros registrados no CNPO (Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos)(BRASIL, 2019).

Estes sistemas de certificação surgiram como alternativas para inclusão de agricultores(as) familiares no mercado de produtos orgânicos, visto que os altos custos da certificação por auditoria, os(as) excluía do processo (BRITO, 2006). Concebida inicialmente como a única modalidade de certificação da produção orgânica, a certificação por auditoria, além de não fomentar a socialização entre atores(as), é vinculada a empresas internacionais ou grandes corporações que priorizam atender o padrão de mercados de produtos convencionais, cujos principais objetivos são exportação e abastecimento de grandes redes varejistas (OLIVEIRA *et al*, 2016; MUNDO NETO *et al*, 2017)

No que se refere aos SGP, um de seus atributos é o chamado controle social, instrumento de garantia da conformidade legal da produção. O qual é exercido por intermédio de dinâmicas coletivas, como visitas de pares, visitas de verificação, mutirões, visitas de olhares externos e encontros mensais (BRASIL, 2009).

As dinâmicas associativas, estimuladas pelos SPGs, fortalecem as relações sociais entre os(as) atores(as), além de promoverem trocas de experiências e conhecimentos. De acordo com Caporal e Costabeber (2000) estas metodologias contribuem para resolução dos problemas que surgem a partir da introdução de novas práticas agrícolas na unidade de produção, no período de transição agroecológica. Tais problemas, afirmam os autores, dificilmente seriam solucionados através de ações individuais.

Neste sentido, os processos de transição agroecológica, são compreendidos por Caporal e Costabeber (2004) como procedimentos sucessivos de alterações na forma de manejo dos agroecossistemas. Esses mecanismos objetivam superar um modelo de produção convencional produtivista, pautado entre outras coisas no uso de agroquímicos, substituindo por um modelo de agricultura mais complexo, que visa à conservação e manejo dos recursos naturais.

O surgimento de inovações organizacionais, no caso os SPGs, se constitui como alternativa para facilitar o acesso de agricultores(as) familiares a novos mercados (WILKINSON, 2003). Visto que, a atual organização dos mercados agroalimentares, é movida pela padronização e diferenciação dos alimentos o que resulta em tendências desfavoráveis a inserção desses(as) agricultores(as) nos espaços (MALUF, 2004).

## EXPERIÊNCIAS DE SGPS NO BRASIL

Na perspectiva de Schneider (2010) o problema da produção de alimentos, salvo em regiões e países pobres, se apresenta como um fator quase superado. A partir desta análise, os novos desafios relacionados à produção alimentícia estariam direcionados à segurança alimentar e nutricional e à busca pela sustentabilidade. Também o autor aponta a relevância em observar questões éticas e sociais na produção. Mediante esta análise surge a noção de Redes de Produção as quais conciliam aspectos sociais e técnicos, como formas de superação da idéia de cadeia de produção.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Segundo Lovatel e Gazolla (2017) a produção alimentar de matriz agroecológica vinculada a uma Rede de Produção, neste caso Rede de Agroecologia, se configura como alternativa para o alcance de desenvolvimento rural a partir da valorização das dinâmicas nos territórios.

Os autores supracitados estudaram grupos de agricultores(as) vinculados(as) à Rede Ecovida de Agroecologia<sup>1</sup>. Neste trabalho foi possível concluir que a adesão dos(as) agricultores(as) aos SPGs, teve diversas motivações entre elas, sociais, ambientais e econômicas. Tendo em vista a relevância dos fatores sociais presentes nestes processos, tais considerações reforçam a importância da articulação das diferentes perspectivas na busca de desenvolvimento e sustentabilidade.

Lovatel e Gazolla (2017) concluíram, que o fato dos(as) agricultores(as) familiares acessarem diferentes mercados locais e regionais, reflete na relevância deste segmento em construir alternativas de comercialização a partir do exemplo das cadeias curtas, considerando que essas, oferecem maiores possibilidades de diversificar a produção. A pluriatividade orientada pelos princípios agroecológicos, contribui para o equilíbrio dos agroecossistemas, inserção social das famílias e maior lucratividade pela venda direta.

A diversificação dos cultivos, é apontada por Kageyama (2004) como um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento rural, pois além de ser requisito para os SPGs é característica da agricultura familiar. A produção diversificada é proporcionada pela complementaridade das atividades desenvolvidas nas unidades de produção. Onde para além do retorno econômico por intermédio da comercialização, também são produzidos alimentos e bens de serviços para auto-consumo das famílias.

Este perfil produtivo diversificado e em menor escala, proporciona o estabelecimento de vínculos de produção e comercialização em níveis regionais, orientados para produção, oferta e consumo de alimentos diferenciados (MALUF, 2004). Neste íterim, segundo Kageyama (2004) tais fatores contribuem para o desenvolvimento rural em nível territorial.

Nos SPGs, as cadeias de organização produtiva e comercial transcorrem nos territórios, a partir da mudança das relações verticais, por relações horizontais, o que contribui para agregação de valor na produção (WILKINSON, 2003). Neste contexto, agregar valor à produção agrícola familiar e acessar o mercado de produtos orgânicos, foram segundo Silva (2015) os principais fatores de interesse de agricultores(as) familiares em assentamentos de reforma agrária da região Agreste Paraibano, para a obtenção da certificação orgânica.

Na opinião de Silva (2015) estes (as) atores(as), além de considerarem a importância dos fatores sócios ambientais, entendem que o selo orgânico representado nas embalagens dos produtos, contribui na promoção da credibilidade e segurança dos(as) consumidores(as) finais favorecendo a comercialização. Ainda as condições edafoclimáticas da região em questão limitam a produção, tornando-se necessário agregar valor aos produtos para incrementar a renda familiar.

Conforme Silva (2015) estas famílias, atualmente associadas à Rede Borborema de Agroecologia, migraram no ano de 2013 do sistema de certificação orgânica por auditoria para o SPG, por concluir, mediante suas próprias experiências, que a certificação por auditoria era inviável



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

econômica e socialmente para o segmento da agricultura familiar.

A contribuição dos SPGs na dimensão social do desenvolvimento rural é enfatizada por Komuri *et. al* (2012). Neste trabalho é relatada a experiência da Rede APOMS e os resultados positivos no que se refere ao fortalecimento dos laços de solidariedade, criação de espaços de diálogo entre os(as) atores(as). Também é realizada uma discussão de assuntos relacionados à promoção socioeconômica das comunidades.

Komuri *et. al* (2012) consideram que as dinâmicas de controle social desenvolvidas pelos grupos, exigências do processo de certificação participativa, abrangem aspectos para além de suas características como exigência legal. Essas dinâmicas fomentam momentos de interação social onde ocorre o compartilhamento de experiências, configurando o que Schneider (2010) considera como redes de sociabilidade.

Os fatores descritos anteriormente, relacionados à dimensão social presentes nos SPGs, vão ao encontro do pensamento de Kageyama(2004) a qual compreende que a idéia de desenvolvimento rural deve abranger e aliar aspectos econômicos e sociais.

Ainda se tratando da dimensão social, Hirata (2016) apresenta considerações a partir do estudo sobre SPG Sul de Minas. A autora considera que a entidade além da viabilização do selo orgânico, colabora na construção de relações sociais e promoção da credibilidade para este sistema, através das ações desempenhadas nos mercados locais e institucionais.

Para Navarro (2001) é essencial que as estratégias de desenvolvimento rural incorporem em suas bases, fatores relacionados à dimensão ambiental. Neste sentido, os processos de certificação participativa podem ser empregados como estratégias de construção de conhecimentos agroecológicos, como o caso da Rede Maniva de Agroecologia (REMA) localizada na região amazônica (WANDELLI *et al*, 2015).

Segundo Wandelli *et. al* (2015) no caso da REMA, os processos foram operados como dinâmicas coletivas na construção de conhecimentos agroecológicos e como formas de incentivar a integração entre agricultores(as) consumidores(as) e técnico(as)

Conforme Stoffel e Arend (2010) as ações associativas, como cooperativas, associações e neste caso a constituição dos SPGs, contribuem de forma crucial na viabilização dos processos de conversão e certificação orgânica. Essas metodologias participativas que formam as redes de sociabilidade (SCHNEIDER, 2010) além de firmarem relações de reciprocidade, solidariedade, confiança entre os participantes, correspondem na prática às funções de consultoria técnica. Hirata (2016) também destaca a ação de trabalho conjunto entre os(as) atores(as) que compõem a rede, para a geração de soluções de problemas relacionados a fatores limitantes da produção.

Segundo Hirata (2016), as vantagens dos SPGs são relatadas pelos (as) próprios(as) agricultores(as) com destaque para o menor custo para certificação, maior interação entre famílias agricultoras e as instituições e o aprimoramento dos sistemas de produção.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Contudo, apesar dos SPGs condizerem de maneira mais eficaz com a realidade da agricultura familiar, são identificados fatores que dificultam o ingresso e a permanência das famílias agricultoras nestes sistemas. Algumas dessas questões são associadas à burocracia, ausência de programas econômicos que auxiliem à produção orgânica, indisponibilidade de insumos certificados.

Neste contexto, Santos (2018) em seu trabalho com agricultores(as) certificados pela ABIO, aponta a falta de assistência técnica especializada nos órgãos públicos de extensão rural, como uma das principais dificuldades encontradas por estes(as) agricultores(as). Outra limitação apresentada está na criação de novos grupos o que impede a expansão da Rede e o fortalecimento dos canais de comercialização.

Conforme Santos (2018) o grupo estudado, considera primordiais as atividades relacionadas ao controle social, como as visitas de verificação, reuniões, mutirões. Entretanto, em virtude das dificuldades existentes no deslocamento entre as unidades de produção, as atividades realizadas nas próprias unidades de produção ficam suspensas até que as visitas efetivamente ocorram. Estes entraves relacionados às atividades de controle social, também são observados por Silva (2015) o qual esclarece que a distância entre as unidades de produção, limitações econômicas ou de transporte, dificultam a participação.

Já Komori *et. al* (2012) abordam as barreiras relacionados às exigências burocráticas e administrativas, neste trabalho os Sistemas Participativos de Garantia são caracterizados como processos burocráticos e complexos. Os autores também consideram a necessidade da presença de técnicos(as) nas fases iniciais do processo, para orientação nos preenchimentos dos documentos e elaboração de atas e formulários.

Tais dificuldades, também são observadas por Teixeira (2018), segundo a qual, o entendimento das legislações que regem o sistema, bem como o preenchimento e atualização da documentação exigida, se apresentam por vezes como processos pouco compreensíveis. A autora identifica como fatores limitantes: restrições na disponibilidade de insumos certificados para produção orgânica, valores elevados dos produtos desta natureza, disponíveis nos mercados e alto custo na obtenção de mudas e sementes certificadas.

Os impasses no campo econômico, são expostos por Lovatel e Gazolla (2017) ao discutirem a inexistência de políticas agrícolas para este segmento. É enfatizada a falta de seguros agrícolas para o período de transição, pois nos casos em que os insumos não são comprados, inexistente a documentação fiscal sobre a produção, o que dificulta a comprovação da atividade.

Silva (2015) também discorre sobre as dificuldades enfrentadas por agricultores orgânicos no acesso a financiamentos, tendo em vistas que estes programas são voltados a produção convencional e em escalas maiores.

Embora ocorra a presença de entraves no desenvolvimento dos SPGs estes sistemas contribuem para a promoção do desenvolvimento rural sustentável na perspectiva da agricultura familiar. Isto justifica-se, entre outros aspectos, ao observar-se que fomentam interações socioeconômicas entre



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

as famílias agricultoras, apóiam processos de transição agroecológica, bem como auxiliam na construção coletiva de conhecimentos agroecológicos. Além de contribuírem na elevação da renda familiar, uma vez que promovem a valorização da produção e possibilitam sua maior capilaridade.

## CONCLUSÃO

Os sistemas agroalimentares agroecológicos se desenvolveram como alternativa ao modelo exploratório de produção agrícola. Neste sentido surgiram as redes de agroecologia que além de fomentar a articulação da produção e comercialização abordam assuntos como comércio justo, defesa dos territórios, questões de gênero entre outros. Estas Redes se desenvolvem em territórios locais e regionais e trabalham com temas que impulsionaram a evolução/transformação do conceito de desenvolvimento rural.

A atuação destas redes está intimamente ligada à criação dos Sistemas Participativos de Garantia na contestação da lógica da certificação por auditoria. Segundo autores(as) citados(as) anteriormente, ações deste caráter, consideradas como inovadoras, são essenciais para a sobrevivência e permanência do segmento da agricultura familiar.

A importância destes sistemas participativos se dá pela sua complexidade, que além de promover a emancipação econômica e a autonomia produtiva das famílias, fomentam interações sociais entre os(as) atores(as). Essas dinâmicas, contemplam simultaneamente dimensões sociais e econômicas, o que em concordância com fontes utilizadas no texto, são fatores essenciais para a construção do desenvolvimento rural sustentável.

Porém neste processo de certificação, emergem fatores que dificultam o ingresso e a permanência das famílias agricultoras nestes sistemas. Entretanto as diretrizes instituídas pelos SPGs, a citar intercâmbio de saberes, socialização das experiências, diversificação produtiva, pluriatividade, fortalecimento de laços sociais, podem auxiliar na superação dessas dificuldades.

Apesar do surgimento de tais barreiras, esses sistemas ainda se configuram como instrumentos de promoção do desenvolvimento rural sustentável no segmento da agricultura familiar. Pois além de englobar questões socioeconômicas, as dinâmicas desenvolvidas nestes processos buscam a sustentabilidade dos agroecossistemas, o que consoante com estudos pesquisados, são elementos preponderantes para estratégias que visam o desenvolvimento rural.

Além dos fatores socioeconômicos e ambientais, os SPGs abordam temas como trabalho, gênero, entre outros, oferecendo aos(as) envolvidos(as) a possibilidade de reflexão sobre o papel da produção orgânica como instrumento de enfrentamento e resistência ao sistema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA. **Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia**. Belém, 2015. Disponível em: [http://abaagroecologia.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2018/05/Estatuto\\_ABA\\_2015.pdf](http://abaagroecologia.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2018/05/Estatuto_ABA_2015.pdf). Acesso em: 27 de nov. 2019

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Alegre: Editora Universidade - UFRGS, 2001.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013.

BRASIL. **Instrução Normativa 007, 1999**. Estabelece as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem animal e vegetal. 1999. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, [1999]. Disponível em: <http://sistemaeb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. 2007. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007/2007/Decreto/D6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007/2007/Decreto/D6323.htm). Acesso em: 27 nov. 2019.

BRASIL. **CNPO**. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Nov-2019. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, [2019]. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BRITO, P. R. B. **O controle social no processo de certificação de grupo por auditoria externa: o caso APROVE pela AAOCERT**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno produtor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 69-101, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural sustentável**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004. v. 1. 166 p

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 1, n. 1, nov. 2006

FONSECA, M. F. et al. **Agricultura orgânica**: introdução às normas, regulamentos técnicos e critérios para o acesso ao mercado de produtos orgânicos no Brasil. Manual técnico 19. Niterói – RJ. Programa Rio Rural, 2009. 58 p.

GASPI, S.; LOPES, J. L. Desenvolvimento sustentável e revolução verde: uma aplicação



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

empírica dos recursos naturais para o crescimento econômico das mesorregiões do Paraná. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA – ANPEC-SUL, 11, 2008, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008. p. 1-16.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, 2000.

HIRATA, A. R. **A constituição do sistema participativo de garantia Sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região**. 2016. 196 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão) Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 3, n. 21, p.379-408, set./dez. 2004.

KOMURI, O. M. et al. Sistema Participativo de Garantia: caminhos percorridos pela Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul. *In*: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL, 4, 2012, Gloria de Dourados. **Relato[...]**. Gloria de Dourados, 2012. p. 1-5.

KRISCHKE, P. J.; TOMIELLO, N. O comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos: um estudo exploratório. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 10, n. 96, p. 27-43, 2009.

LOVATEL, M.; GAZOLLA, M. Produção e mercados da agricultura familiar orgânica: análise da experiência de um grupo de agricultores da Rede Ecovida de Agroecologia no Extremo Oeste Catarinense. *In*: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 8, 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais[...]**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017. p. 1-22.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MUNDO NETO, Martin. et al. Expansão da produção orgânica brasileira: análise a partir do cadastro nacional de produtores orgânicos. *In*: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ARARAQUARA, 1, 2017, Araraquara. **Anais[...]**. Araraquara: UNIARA, 2017. p. 1-10.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro, **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, P. S. et al. Canais de comercialização de orgânicos: alternativas para os agricultores familiares do leste Paulista. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 3, p. 81 -103, set./dez. 2016.



OBSERVADR





**II SLAEDR** SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**VI SIDER** SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**III SIDETEG** SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

ORMOND, J. G. et al. **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

SANTOS, C. C. dos et al. Conformidade Orgânica do Grupo Raiz Forte Pelo Sistema Participativo De Garantia Em Seropédica, Rio de Janeiro. *In: CONGRESSO TÉCNICO CIENTÍFICO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA*, 2018, Maceió. **Relato[...]**. Maceió, 2018. p. 1-5.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, set. 2010.

SILVA, M. A. da. **A certificação orgânica participativa em assentamentos do agreste paraibano: um estudo sobre o processo**. 2015. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia, Ciências Sociais e Fundamentais) Universidade Federal da Paraíba, Areia/PB, 2015.

SOUSA, R. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 631-648, 2017.

STOFFEL, J.; AREND, S. C. A produção orgânica como alternativa sustentável para a agricultura familiar. *In: SOBER*, 48, 2010, Campo Grande-MS. **Anais[...]**, Campo Grande, 2010. p. 1 - 20.

TEIXEIRA, C. R. B. **Estudo comparativo entre os sistemas participativos brasileiros de avaliação de conformidade orgânica**. 2018. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal - SP, 2018.

WANDELLI, Elisa et al. A experiência da Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas (Rema) em transformar os laboriosos procedimentos estabelecidos pela legislação brasileira de orgânicos em mobilização social promotora da agroecológica. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA*. 2015, Belém. **Relato[...]**, Belém-PA: Cadernos de Agroecologia, 2015. v. 10, p. 1-5.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu: Anpocs, 1996.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 62-87, out. 2003.

---

i Rede de Agroecologia de certificação participativa, fundada no ano de 1998, presente nos três estados da região Sul do Brasil.



OBSERVADR

